

ANEXO V

Metodologia para a Definição da Rede Urbana de Minas Gerais

Para fazer comentários sobre a rede urbana de Minas Gerais, utilizou-se o estudo do IBGE denominado Regiões de Influência das Cidades – REGIC, 2007, divulgado em 2008. Esta foi a última atualização que o IBGE fez do REGIC, que teve sua primeira edição em 1972, mas com pesquisa de 1966. Esta última pesquisa privilegiou a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas, entendendo centro de gestão do território como “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas”. (IBGE, 2008).

Os centros de gestão foram identificados por meio da leitura de algumas informações secundárias e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas; ou seja, de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. Além dessas informações, utilizaram-se outras referentes a equipamentos e serviços – informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras e oferta de serviços bancários, e presença de domínios de internet – capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão do território.

Depois de identificados, foram definidas as suas respectivas regiões de influência, levando em consideração a intensidade das ligações entre as cidades, por meio de dados secundários. Também, como complemento, o IBGE realizou um levantamento específico nos municípios que não foram identificados como centros de gestão. Foram pesquisados 4.625 municípios de um total de 5.564, a grande maioria com menos de 20.000 habitantes. Os questionários foram preenchidos por agentes do IBGE, tendo em vista que esses agentes, ao realizar pesquisas regulares e percorrer o território, têm conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas.

A hierarquia dos centros urbanos levou em conta os seguintes elementos: a classificação dos centros de gestão do território; a intensidade de relacionamentos entre as cidades; a dimensão da região de influência de cada centro; e as diferenciações regionais.

Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População (ACP) ou de suas subáreas (Sub-ACP's). As ACP's, segundo o IBGE, são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACP's se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital ou do município de maior população (IBGE, 2008).

As categorias de centros identificadas no REGIC – 2007 para o Brasil comum todo foram as seguintes, destacadas no quadro a seguir.

Categorias de Centros do REGIC - Brasil (2007)

REGIC (2007)
Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional
Metrópole
Capital Regional A
Capital Regional B
Capital Regional C
Centro Sub-regional A
Centro Sub-regional B
Centro de Zona A
Centro de Zona B

FONTE: IBGE (2008).

Como colocado no documento do REGIC, as cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis:

1) Metrôpoles

São os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Esse conjunto foi dividido em três subníveis, de acordo com a extensão territorial e a intensidade destas relações:

a) *Grande Metrópole Nacional*

São Paulo, o maior conjunto urbano do País, ficou alocado no primeiro nível da gestão territorial.

b) *Metrópole Nacional*

Rio de Janeiro e Brasília também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País.

c) *Metrópole*

Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.

2) Capital Regional

Integram este nível 70 centros que também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais, não classificadas no nível metropolitano, e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul e o terceiro nas demais regiões do País. Os grupos das Capitais regionais são os seguintes:

a) *Capital Regional A*

Constituído por 11 cidades brasileiras.

b) *Capital Regional B*

Constituído por 20 cidades.

c) *Capital Regional C*

Constituído por 39 cidades.

3) Centro Sub-Regional

Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Também são subdivididos em dois grupos:

a) *Centro Sub-Regional A*

Constituído por 85 cidades brasileiras.

b) *Centro Sub-Regional B*

Constituído por 79 cidades.

4) Centro de Zona

Nível formado por 556 cidades brasileiras de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em:

a) *Centro de Zona A*

192 cidades.

b) *Centro de Zona B*

364 cidades.

5) Centro Local

As demais 4.473 cidades brasileiras, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes.